

## USOS E CONFLITOS POR ÁGUA NO RIO PARAÍBA EM FACE DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: SEGURANÇA HÍDRICA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO SEMIÁRIDO

Paulo Cesar O. Diniz  
CDSA/UFCG

Renato Sérgio Maluf  
CPDA/UFRRJ

### RESUMO

Esse texto analisa o impacto da obra de transposição das águas do rio São Francisco sobre as populações locais a partir da sua inauguração. A intenção é refletir sobre a transposição num contexto de segurança hídrica e alimentar e nutricional e sua capacidade de provê-las. Além dos noticiários e de análise documental, uma pesquisa empírica foi realizada com populações ribeirinhas (do canal e do rio Paraíba) para tentar entender a dimensão dos impactos positivos e negativos na vida deles. Apesar do uso político da obra, reproduzindo práticas anteriores da “indústria da seca”, seu impacto para a cidade de Campina Grande e entorno foi fundamental para que essas cidades saíssem de colapso hídrico de quase três anos. A questão mais problemática tem a ver, justamente, com o acesso à água para os diversos tipos de famílias impactadas com a obra: os indenizados, ribeirinhos e assentados. A conclusão é que a segurança hídrica, garantida pela transposição, tem um caráter concorrencial. Isto é, ela será garantida a alguns grupos sociais, em detrimentos de outros.

**Palavras-chave:** Transposição do rio São Francisco; Segurança hídrica e alimentar; Conflitos por água.

# 1. INTRODUÇÃO

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco, depois de décadas levantando controvérsias a favor e contra, finalmente começa a ser concretizado, tornando-se uma realidade para as populações do Nordeste. Rebatizado de Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), a obra está estruturada em dois eixos: eixo Norte e eixo Leste (BRASIL, 2005a). Sem pretender dar conta de todas as controvérsias em torno do PISF, iniciamos mencionando uma avaliação feita por especialistas, que diferencia os dois eixos propostos e sustenta que o eixo Leste é mais justificável, tendo em vista a situação crônica dos estados de Pernambuco (região do Agreste) e Paraíba (região do Cariri, Campina Grande e cidades do entorno); contudo, “quanto ao eixo Norte pesam contra sua racionalidade muito mais questões quanto às reais necessidades, ao alcance social, à viabilidade econômica e gerencial” (SBPC, 2004, p. 13).

Justamente o eixo Leste foi a primeira parte do PISF a ficar pronta. As águas chegaram ao final do eixo – um conjunto de canais, aquedutos, estações elevatórias, barragens, etc – em 08 de março de 2017 depois de percorrerem mais de 200 quilômetros, do ponto de captação (em Floresta/PE) até a bacia do rio Paraíba (em Monteiro/PB). (BRASIL, 2005a). Pensada há mais de um século, a obra foi iniciada em 2007 e tem como principal objetivo a oferta de água para uma população estimada (em 2007) em 12 milhões de pessoas do Nordeste Setentrional (Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte).

O PISF caracteriza-se como sendo uma obra de transferência de água entre bacias, levando água da Região Hidrográfica do Rio São Francisco<sup>1</sup> (região doadora) para a Região Hidrográfica Atlântico Oriental (região receptora). Essa região receptora está quase que totalmente localizada no Semiárido, apresentando períodos críticos de estiagens prolongadas, resultado de baixa pluviosidade e alta evaporação. Nesse sentido, ela se enquadra como um território vulnerável, chegando, em alguns anos,

a registrar taxas negativas em termos de balanço hídrico, como foram os anos de 2012 e 2013, por exemplo (ANA, 2015, p. 54-55).

A questão sobre vulnerabilidade hídrica de determinadas regiões pode ser analisada em termos de qualidade e quantidade de água. Essa análise se expressa no quanto o ser humano precisa de água potável para viver com dignidade, isto é, para viver com segurança hídrica.<sup>2</sup> Segundo Bolson e Haonat (2016, p. 233), mesmo com o avanço da Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei No 9.433/1997) e todos os instrumentos pensados nela, a busca pela segurança hídrica continua a ser um dos grandes desafios da “governança da água” nos tempos atuais. Nesse sentido, a segurança hídrica pode ser definida como a capacidade de oferecer água em quantidade e qualidade à população, garantindo a oferta de água para o abastecimento humano e também para as atividades produtivas. Não é demais lembrar que a ausência de água compromete a saúde humana e a segurança alimentar e nutricional, além de interferir no próprio ciclo natural da vida, seja ela humana ou não humana. No semiárido, pode-se dizer que o acesso à água e, portanto, a segurança hídrica, estão intimamente ligadas à questão da segurança alimentar e nutricional (SAN). O desafio de promover a SAN e a soberania alimentar, nesse território, segue em paralelo ao desafio inicial da promoção da segurança hídrica para a diversidade da população do semiárido.

Importante ressaltar que no Brasil, desde o início do século XXI, executa-se um programa de construção de cisternas familiares com o objetivo de descentralização e democratização da água às populações dispersas no semiárido<sup>3</sup>, entretanto o tema segurança hídrica começa a ganhar visibilidade na agenda governamental a partir do ano de 2011 com edição do decreto federal que instituiu o Programa Água para Todos. Aqui estava presente a ideia de “universalização do acesso à água” (embora não faça referência ao conceito de segurança hídrica),

<sup>1</sup> De acordo com a Resolução nº 32/2003, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a “Divisão Hidrográfica Nacional” é composta de 12 Regiões Hidrográficas, considerando-se “o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos.” (ANA, 2015, p. 15).

<sup>2</sup> Segundo a Organização Mundial da Saúde, “a quantidade de água, qualitativamente aproveitável, suficiente à vida para usos domésticos é de 50 litros ao dia por pessoa - um pouco mais de 18 m<sup>3</sup> por ano; admite-se, excepcionalmente, que, nos países pobres, 25 litros sejam suficientes” (PETRELLA, 2004, p. 12, apud BOLSON e HAONAT, 2016, p. 233).

<sup>3</sup> Ressalte-se que o Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC –, iniciado ainda nos anos 2000, visa atender basicamente a população rural dispersa no semiárido, no sentido da descentralização e democratização da água. (ASABRASIL, 2018). Contudo, sua análise aqui foge ao objetivo proposto no texto.

tendo como foco as áreas rurais, provendo água para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar. O decreto visava ainda o “pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social.” (BRASIL, 2011, s/p) [grifos nossos]

Mas antes disso, a relação água e SAN ganhou proeminência nos debates promovidos no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), desde meados dos anos 2000. Naquela ocasião, por conta da III Conferência Nacional de SAN (em 2007), o CONSEA firma posição sobre “o acesso e usos da água no contexto da soberania e da segurança alimentar e nutricional” colocando que, apesar das múltiplas dimensões, “o acesso à água de qualidade é um direito humano básico que necessita ser efetivado para toda a população” (CONSEA, 2008, p. 01). No que se refere ao semiárido, o CONSEA vai dizer que a fome e a sede são um produto humano, social e político, característico dessa região que, também, é marcada por políticas e ações governamentais direcionadas a obras de grande porte como de grandes açudes.

“Como resultado deste esforço há um potencial de armazenamento de água da ordem de 37 bilhões de metros cúbicos, só no semiárido setentrional. Entretanto, ofertas concentradas de água só têm vocação para atender demandas concentradas como a das cidades/indústrias e perímetros irrigados. Permanecem problemas graves de distribuição e gestão desta água.” (CONSEA, 2008, p. 04).

Enfim, dentre as recomendações propostas pelo CONSEA, uma delas fala, portanto, “que seja intensificado o processo de democratização do acesso à água” (CONSEA, 2008, p. 06). Por outro lado, no que se refere à transposição, o debate no CONSEA ficou mais concentrado em uma crítica à concepção da transposição e à ausência da perspectiva da revitalização do rio São Francisco do que sobre a possibilidade do acesso à água (CONSEA, 2007, p. 14), é inegável que a chegada das águas do “Velho Chico” à bacia do rio Paraíba simboliza um marco importante nos esforços do “combate à seca” e ao enfrentamento à insegurança hídrica das populações dessa região, sobretudo às populações urbanas. As águas transpostas chegaram num momento de grande seca, entre 2012 e 2017 (considerada a maior dos últimos 50 anos). O fato é que a seca e a falta de água no semiárido persistem como um dos maiores desafios na consecução de políticas públicas de prevenção e minimização dos danos provocados pela insegurança hídrica nessa região.

Esse cenário de vulnerabilidade hídrica é atestado em pesquisas e estudos recentes e o quadro piorou nos últimos anos em razão de um novo fator que, hoje, deve ser considerado: as mudanças climáticas. (BOLSON e HAONAT, 2016).

É nesse contexto que precisa ser analisada a obra de transposição do Rio São Francisco. A chegada das águas à bacia do Rio Paraíba colocou novas questões no polêmico e controverso debate, não só no Nordeste, mais em todo o país.<sup>4</sup> É disso que trata esse texto: elencar algumas questões sobre o uso, abusos e (novos) conflitos que vão surgir a partir da chegada das águas da transposição do rio São Francisco à bacia do rio Paraíba, em março de 2017.

Para isso, além de visitas e observações *in loco*, foi feito um trabalho de campo entre os dias 10 e 12 de abril de 2018, percorrendo o trecho do eixo Leste na Paraíba e o leito do rio Paraíba, visitando comunidades e ribeirinhos impactados pela transposição. Uma segunda estratégia metodológica diz respeito ao processo de monitoramento de notícias na imprensa local, regional e, por vezes, nacional, sobre o “caminho” percorrido pelas águas da transposição no leito do rio Paraíba até sua chegada ao açude de Boqueirão, considerado “destino final” da obra (conforme veremos). Dentro desse monitoramento, um levantamento mais sistemático foi realizado ao longo de quase dois meses (março e abril de 2017), embora as reportagens exaltando e/ou problematizando a obra continuem sendo uma rotina nos noticiários nacionais, regionais e locais e, portanto, objeto de monitoramento. Outra fonte de informações, como terceira estratégia metodológica, foram os documentos técnicos sobre o PISF, tendo por base as páginas do ministério da Integração Nacional (MIN) e da Agência Nacional de Águas (ANA), dentre outros.

Esse texto está dividido em 6 seções, sendo uma seção introdutória (acima) e outra conclusiva, além das referências. A segunda seção trata dos usos políticos em torno do projeto; a terceira, trata do direito à água por parte das cidades; a quarta seção, por fim, aborda os impactos sobre os assentados e ribeirinhos ao longo do canal e do rio Paraíba. Uma ressalva final: esse texto foi parte inicial do projeto de pesquisa no âmbito de estágio pós-doutoral (CPDA/UFRRJ), entre 2017 e 2018.

<sup>4</sup> VICTOR, F. e KNAPP, E. Em meio a maior seca, transposição do rio São Francisco divide nordestinos. Folha de São Paulo. 19/03/2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867771-em-meio-a-maior-seca-transposicao-do-rio-sao-francisco-divide-nordestinos.shtml>>. Acesso em: 09 Mar. 2017.

## 2. ENTRE PAIS E PADRINHOS: DISPUTA POLÍTICA EM TORNO DO PROJETO

Afinal, a quem pode ser creditada a obra da transposição? Sobre a “paternidade” do PISF, tanto o presidente que fez a inauguração da obra, Michel Temer, como o ex-presidente Lula que, em 2007 autorizou seu início, reivindicaram essa paternidade. No caso do presidente Michel Temer, foi ele quem inaugurou a obra (eixo Leste) em 10 de março de 2007, com ampla participação de políticos regionais, a exemplo do governador da Paraíba. O discurso do presidente Temer dizia que ninguém poderia ter a paternidade da obra – nem mesmo ele!

Nesse mesmo caráter, os ex-presidentes Lula e Dilma também fizeram uma “inauguração popular” da chegada das águas da transposição, uma semana depois da inauguração oficial, em 19 de março, recheada de simbologia (dia de São José, santo associado às chuvas em grande parte do nordeste). Contando com uma grande comitiva de políticos estaduais e regionais e do apoio do governo da Paraíba e de outros políticos apoiadores, o ex-presidente Lula, em seu discurso na “inauguração popular” da obra, não fez cerimônia em reivindicar a paternidade da transposição: “quem estava no poder estudava, não nada fazia”.<sup>5</sup> Ou seja, o fato de tirar a obra do papel vai ser o principal capital usado pelo ex-presidente Lula para legitimar sua paternidade.

Verdade que antes do início das obras da transposição, o então presidente Lula, ao decidir pela sua execução, enfrentou uma série de protestos pedindo a não realização da obra de transposição. O caso que talvez tenha tido maior repercussão, inclusive fora do Brasil, foi a famosa greve de fome do bispo da Diocese de Barra, Dom Luiz Cappio (cf: SILVA, 2017). O fato curioso foi que “Temer inaugura Transposição, mas moradores e Monteiro agradecem a Lula”, notícia um dos principais jornais do estado de Pernambuco.<sup>6</sup>

Ainda sobre essa disputa política para ver afinal a quem pertence a paternidade da obra, gostaríamos de destacar dois outros personagens: Cássio Cunha Lima e Marcondes Gadelha, ambos políticos paraibanos. O primeiro, atual senador da república pelo estado da Paraíba, também foi governador de esta-

do e superintendente da Sudene entre 1992 e 1994. Em suas redes sociais, o político passou a falar da importância da obra para os nordestinos, dizendo que “ela só saiu” graças a seus apelos ao governo. Contudo, ele passou a ser bastante criticado, uma vez “que o senador foi contra a realização da obra no passado”.<sup>7</sup> Por conta disso, começou a circular nas redes sociais uma reportagem em que o então superintendente da Sudene na época, Cássio Cunha Lima “desaconselhava” a obra tendo em vista o alto custo que envolvia um projeto dessa natureza.

Em relação a Marcondes Gadelha, nas redes sociais, ele se manifestou dizendo: “como é gratificante ver a realização de um sonho que durou mais de 20 anos”.<sup>8</sup> O político está fazendo referência ao período em que era deputado federal e que, em 1996, colaborou para criação de um grupo de trabalho na Câmara Federal para discutir o projeto de transposição. (SILVA e OLIVEIRA, 2016, p. 124). Segundo o ex-deputado, foi ele quem tirou o projeto da gaveta e o recolocou na pauta política. Por conta disso, na cidade de Campina Grande, a grande beneficiada das águas, nesse momento, um *outdoor* com a foto do político, dizia: “A transposição tem cara. Obrigado Marcondes Gadelha”.<sup>9</sup>

Outro político que tentou tirar proveito dessa situação foi o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Em visita pelo Nordeste,<sup>10</sup> ele fez um ato de doação das bombas que foram usadas em São Paulo por conta do racionamento, ocorrido entre 2014 e 2016.<sup>11</sup> Para o então governador, os nordestinos saberão como usar da melhor forma possível as bombas que serviram a São Paulo na época do racionamento.

<sup>7</sup> Cássio afirma que Transposição do São Francisco é graças aos seus apelos. Agora PB. 05/03/2017 Disponível em: <<http://www.resumopb.com/noticia/cassio-afirma-que-transposicao-do-sao-francisco-e-gracas-aos-seus-apelos.html>> Acesso em: 01 Abr. 2017.

<sup>8</sup> Rede Social oficial do político. Facebook. Acesso em: 01 Dez. 2017.

<sup>9</sup> Marcondes Gadelha sobre a Transposição do Rio São Francisco: ‘tudo começou em Sousa’. Paraíba.com.br 10/03/2017. Disponível em: <http://www.paraiba.com.br/2017/03/10/46434-marcondes-gadelha-sobre-a-transposicao-do-rio-sao-francisco-tudo-comecou-em-sousa> Acesso em: 01 Dez. 2017.

<sup>10</sup> De olho em 2018, Geraldo Alckmin doa bombas hidráulicas ao Nordeste. Radio Jornal NE 10. 27/12/2016. Disponível em: <<http://radiojornal.ne10.uol.com.br/audioteca/2016/12/27/de-olho-em-2018-geraldo-alkmin-doa-bombas-hidraulicas-ao-nordeste-51494>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

<sup>11</sup> Crise hídrica no estado de São Paulo em 2014–2016. Wikipedia. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_h%C3%ADrica\\_no\\_estado\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo\\_em\\_2014%E2%80%932016](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_h%C3%ADrica_no_estado_de_S%C3%A3o_Paulo_em_2014%E2%80%932016)>. Acesso em: 03 Mai. 2018.

<sup>5</sup> MIRANDA, A. Temer inaugura transposição, mas moradores agradecem a Lula. Blog do Jamildo. 10/03/2017 Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2017/03/10/temer-inaugura-transposicao-mas-moradores-de-monteiro-agradecem-lula/>>. Acesso em: 13 Nov. 2017

<sup>6</sup> Cf: MIRANDA, A. Blog do Jamildo. 10/03/2017. Acima.

Enfim, permanece o debate sobre a reivindicação da paternidade da obra. No ano de 2018, certamente esse ponto será objeto de propaganda política dos candidatos, uma vez que sempre que se faz – constrói – algo para o semiárido, cobra-se a conta posteriormente por meio do voto. Repetem-se as práticas clientelistas, do novo coronelismo – desse vez de estado – conforme definido por Burzstin e Chacon (2011).

### 3. QUEM TEM DIREITO À ÁGUA DA TRANSPOSIÇÃO?

Para além da questão da paternidade e de uso político da obra de transposição do Rio São Francisco, outro de ponto de conflito tem a ver com o uso das águas, depois da chegada à bacia do Rio Paraíba. De certa forma, as águas da transposição, no eixo Leste, tinham como destino final o açude de Boqueirão (pelo menos nesse momento), reservatório responsável pelo abastecimento de 19 cidades da Paraíba (cerca de um milhão de pessoas), dentre elas Campina Grande, segunda maior cidade do estado, com mais de 400 mil habitantes. O açude de Boqueirão estava com menos de 3% de sua capacidade e, desde 2014, não recebia nenhuma recarga de água proveniente das chuvas, o que fez com que as cidades abastecidas por ele comessem a sofrer racionamento de água desde o final daquele ano.<sup>12</sup>

Depois de chegar a Monteiro (açude Poções), a água da transposição percorreu mais de cem quilômetros rio abaixo até chegar ao açude Boqueirão em 18 de abril de 2017 (após 40 dias).<sup>13</sup>

Nesse percurso, a chegada das águas é celebrada com novas festividades e velhos discursos da redenção da população frente à seca. Em Monteiro, por exemplo, em ato de inauguração da obra, a prefeita diz que “a história de Monteiro será contada antes e depois da transposição”. E que agora ela iria fazer os contatos necessários para atrair indústrias e empresas para o município.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> LIRA, Artur. Com 3% do volume de água, açude de Boqueirão chega ao limite na pior crise da história. G1 Paraíba. 12/04/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/com-3-do-volume-de-agua-boqueirao-chega-ao-limite-na-pior-crise-da-historia.ghtml>> Acesso em: 17 Nov. 2017.

<sup>13</sup> Águas da transposição chegam à bacia do açude de Boqueirão, no Cariri da Paraíba. G1 Paraíba. 12/04/2017 Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/aguas-da-transposicao-chegam-ao-acude-de-boqueirao-no-cariri-da-paraiba.ghtml>> Acesso em: 13 Abr. 2017

<sup>14</sup> BARBOSA, J. Prefeita diz que transposição é divisor de águas para Monteiro. Jornal da Paraíba. 10/03/2017. Acesso em: <<http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/prefeita-diz-que-transposicao-e-divisor-de-aguas-para-monteiro.html>>. 13 Abr. 2017

Em Camalaú, cidade a jusante de Monteiro, sede do segundo açude a receber água da transposição, foi relatado que o prefeito prometeu que só liberaria a água após o açude de seu município chegar a 70% da capacidade total (que era de 48 milhões de metros cúbicos) e que, assim, recuperaria a aquicultura praticada no açude Camalaú (em promessa à associação de pescadoras e pescadores daquele município). Contudo, nada disso aconteceu, pois para que a água chegasse mais rápido ao açude de Boqueirão, foi feita uma abertura emergencial (a cargo do DNOCS), rebaixando o nível do vertedouro. A água chegou ao açude em Camalaú dia 20 de março e, em seguida, dia 30, começou a percorrer o rio Paraíba rumo ao açude de Boqueirão (ficando o açude de Camalaú apenas com 15% de sua capacidade total). Em Caraúbas e São Domingos, respectivamente, outras duas cidades ribeirinhas do rio Paraíba, a passagem das águas da transposição também foi motivo de festividades pelos políticos locais que aproveitaram o momento para falar de uma “nova história” para os municípios.

Ocorre que a urgência da transposição era a cidade de Campina Grande e os municípios do entorno. Não havia plano “B” para essas cidades e a água chegou num momento extremo, no limite do reservatório que abastecia a todas essas cidades. A urgência por água forçou os gestores a tomarem medidas extremas com nos casos de Monteiro e Camalaú: “rasgar o açude” (como foi dito) como forma de apressar a chegada à Campina Grande. Essas medidas deixaram a população, principalmente em Monteiro, um tanto revoltada, pois foram feitas antes do açude atingir o nível suficiente para abastecer a cidade que, por sua vez, via na transposição a esperança de acabar com a crise hídrica do município.<sup>15</sup> Essa situação chegou a acirrar-se ainda mais ao final de março: em função da falta de água nas torneiras de suas residências, vários moradores ameaçaram interromper o fluxo das águas da transposição do Rio São Francisco para a cidade de Campina Grande, alegando que eles também tem direito à água.<sup>16</sup> Essa questão foi apaziguada logo em seguida, com a intervenção do gerente da companhia de água do estado (CAGEPA), afirman-

<sup>15</sup> Rasgaram o açude de Poções para a água chegar mais rápido à Campina Grande. Cariri Ligado. [s/d]. Disponível em: <<http://caririligado.com.br/rasgaram-o-acude-de-pocoas-para-agua-chegar-mais-rapido-a-campina-grande-2/>> Acesso em: 01 Abr. 2017.

<sup>16</sup> Sem água em casa, população de Monteiro ameaça fechar comportas da transposição. De Olho no Cariri. 23/03/2017. Disponível em: <<http://deolhonocariri.com.br/geral/sem-agua-em-casa-populacao-de-monteiro-as-da-transposicao>> Acesso em: 01 Abr. 2017.

do em noticiário local, que até o final de abril “seria resolvida a questão do abastecimento da cidade de Monteiro”.<sup>17</sup>

No dia da chegada das águas ao açude de Boqueirão, outro palanque se montou. A chegada das águas foi marcada por uma visita técnica do ministro da Integração Nacional, Hélder Barbalho, “além de lideranças de vários segmentos políticos da Paraíba, a exemplo de prefeitos municipais e do senador Cássio Cunha Lima”, bem como do prefeito de Campina Grande.

“(…) as lideranças políticas participaram de um momento de oração, mas, em seguida, aconteceram breves discursos. O prefeito Romero Rodrigues [de Campina Grande] definiu esta quinta-feira como ‘um dia de emoção e de alegria pela fé que se renova e pela estabilidade hídrica’, aproveitando para elogiar o ministro Hélder Barbalho pela sua dedicação em tornar possível a conclusão das obras de transposição, além de enaltecer a importância da classe política paraibana em prol deste projeto redentor para o semiárido nordestino”.<sup>18</sup>

Cerca de quatro meses depois (em agosto de 2017), foi noticiado que o açude de Boqueirão havia saído do volume morto (acima de 8% de sua capacidade total). Esse foi o momento em que se decretou o fim do racionamento de água em Campina Grande e entorno, depois de quase três anos.<sup>19</sup>

O curioso é que para usar a água da transposição do rio São Francisco para abastecimento das cidades do Cariri, a CAGEPA teve que construir uma obra de captação da água no rio Paraíba, uma vez que os açudes Poções (em Monteiro) e Camalaú eram

sistemas locais de abastecimento. Isso significa que a adutora para levar água a maioria das cidades do Cariri tinha como reservatórios o açude Cordeiro (no Congo) e, depois que este secou, o açude de Sumé. Feita a obra no “Sítio Conceição”, localidade entre os municípios de Sumé e Congo, a água da transposição começou a librada para abastecer o Cariri, apenas no mês de junho.<sup>20</sup> Portanto, depois de três meses de chegada das águas da transposição na região do Cariri (em Monteiro) é que a população vê a sinalização de uso da água, num momento de grande escassez hídrica, uma vez que o sistema de abastecimento estava parado (em colapso desde o final do ano de 2016) e muitas famílias compravam água aos “pipeiros” ao custo variando entre 20 e 30 reais por mil litros do líquido necessário à vida. Enquanto isso, Campina Grande já usava a água desde o final de mês de abril, ou seja quase dois meses antes.

## 4. RIBEIRINHOS E ASSENTADOS

O Projeto Básico Ambiental (PBA), dentre seus 38 programas socioambientais, o que se refere à indenizações de terras e benfeitorias (PBA 07), citava 1.889 propriedades atingidas diretamente pelas obras da transposição (1.132, no eixo Norte e 757, no eixo Leste):

“(…) serão atingidos mais de 25 mil hectares de áreas de imóveis rurais, considerando as faixas de 200 metros ao longo dos canais e 100 metros acima da cota máxima dos reservatórios, definidas como aquelas a serem necessariamente desapropriadas para a execução das obras.” (BRASIL, 2005b, p. 01).

No caso de Monteiro, na Paraíba, única cidade do estado cortada pelas obras do eixo Leste da transposição, seriam 102 propriedades atingidas, abrangendo pouco mais de 150 hectares de terra. (BRASIL, 2005b, p. 02).

O programa de indenizações, por sua vez, tinha uma forte interrelação com o programa de reassentamento de populações (PBA 08). Esse programa com base em “Cadastro Fundiário” e “Estudo Socioeconômico da Área Diretamente Afetada”, realizados

<sup>17</sup> Monteiro será abastecida pelo açude de Poções e cidades do Cariri pela adutora do Congo até final de abril. De Olho no Cariri. 24/03/2017 Disponível em: <<http://deolhonocariri.com.br/geral/monteiro-sera-abastecida-atraves-do-acude-de-pocoas-e-cidades-do-cariri-pela-adutora-do-congo-ate-final-de-abril>>. Acesso em: 01 Abr. 2017

<sup>18</sup> Prefeito de Campina Grande acompanha ministro em visita à bacia de Boqueirão. Paraíba On Line. 13/04/2017 Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/2017/04/prefeito-de-campina-grande-acompanha-ministro-em-visita-a-bacia-de-boqueirao/>> Acesso em: 20 Abr. 2017.

<sup>19</sup> MAISONNAVE, F. e KNAPP, E. Após 1 ano, transposição do São Francisco já retira 1 milhão do colapso. Folha de São Paulo. 11/03/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/apos-1-ano-transposicao-do-sao-francisco-ja-retira-1-milhao-do-colapso.shtml#erramos>>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

<sup>20</sup> Começam testes para levar águas da transposição a cidades do Cariri. Paraíba Informa. 11/06/2017. Disponível em: <<http://www.paraibainforma.com.br/comecam-testes-para-levar-aguas-da-transposicao-a-cidades-do-cariri/>>. Acesso em: 19 Abri. 2018

em 2004, dentre outros levantamentos, estabeleceu uma base de critérios de elegibilidade, quantificando as famílias elegíveis ao reassentamento. Nesse caso da cidade de Monteiro, as famílias proprietárias e não proprietárias residentes nas áreas a serem desapropriadas que deveriam ser realocadas em função do empreendimento seriam de apenas 16 famílias. Destas, oito seriam de auto-reassentamento (a se fixarem em áreas remanescentes da sua antiga propriedade ou em outro local) e o restante (oito) seria reassentadas em novas áreas, nenhuma delas eram proprietárias anteriormente, segundo o programa de reassentamento. (BRASIL, 2005c, p. 16)

No caso de reassentamentos, segundo informações contidas na página do Ministério da Integração (MIN), foram reassentadas cerca de 800 famílias em 18 vilas produtivas rurais (VPRs), concebidas com essa finalidade.<sup>21</sup>

Tendo por base esses dados e a partir do trabalho de campo, foi elaborada uma tipologia dos impactados pelo eixo Leste da transposição do rio São Francisco. Restringindo-se apenas a parte de canais do estado da Paraíba (cerca de 20 quilômetros) e ao leito do rio Paraíba (a partir da cidade de Monteiro), identificaram-se cinco tipos de famílias que foram atingidas diretamente com o projeto: (1) os ribeirinhos desapropriados; (2) os ribeirinhos da “beira” do canal; (3) os assentados da VPR Lafayette (única vila localizada na Paraíba, no eixo Leste); (4) os ribeirinhos do rio Paraíba; e (5) os irrigantes do açude de Boqueirão.

Sobre as **famílias desapropriadas**, muitas se sentiram injustiçadas em relação às indenizações, destacando-se três situações. A primeira, em relação ao valor da terra, foi informado que os parâmetros de valoração da propriedade foram bem abaixo das expectativas das famílias, não levando em conta todas as instalações e benfeitorias (como cercas, currais, árvores frutíferas, etc), segundo as famílias visitadas. Foi relatado um caso, por exemplo, de que a família tinha uma pequena propriedade à margem do rio Paraíba, nos arredores de Monteiro. A desapropriação ocorreu porque o canal passaria por dentro da propriedade e a indenização oferecida foi de 9 mil reais que, segundo um membro da família, sequer daria para comprar um terreno na cidade para fazer uma nova casa. Essa família tinha um rebanho com cerca de 20 animais de lei-

te, uma estrutura de currais e pastagem (plantada no leito do rio Paraíba) suficiente para os animais. Como a família pode fazer a opção, então decidiu ir morar na VPR Lafayette. Não foi possível saber se a família tinha o título de propriedade, naquele momento (ficando para um segundo momento da pesquisa), pois isso pode significar maior valoração da indenização.

Em outra situação de desapropriação, a família relatou que teve que pedir dinheiro emprestado para resolver a documentação da propriedade, para ter o direito à indenização. Nesse caso, a família não tinha opção de ir para a VPR, contudo, no momento em que a casa ia ser demolida, um dos membros ficou a frente das máquinas e disse que só sairia se fosse para a vila. Com essa atitude extrema, a família conseguiu ir para a VPR. Nesse caso, é possível deduzir que a família estava inelegível a ser reassentada na vila. Saliente-se que um dos critérios para inelegibilidade era o valor da indenização ser superior a 30 mil reais. (BRASIL, 2005c).

Vitrificou-se ainda uma situação em que a família foi indenizada, mas informou uma série de transtornos após a desapropriação. O relato diz que em 2004, os técnicos passaram fazendo as medições e, nesse caso específico, a casa não seria demolida pois ficava “fora” da área do canal. Nesse ínterim, a família fez uma “boa” reforma da casa (pintura, cerâmica, etc), gastando todas as economias que tinha feito para comprar um veículo. Porém, no ano seguinte, em 2005, foi avisada que teria que abandonar a casa, pois ela seria demolida. Foi relatado que era uma família com relativa infraestrutura produtiva: poço tubular que tinha bastante água; produção de hortaliças que, por sua vez, eram vendidas ao PNAE; aviário com 200 aves; e um rebanho bovino com 30 animais. Após a obra da transposição, toda essa infraestrutura foi desmontada e família chegou a “passar necessidade”. Não estão podendo produzir aos níveis anteriores porque não tem mais água no poço; tiveram que vender os animais, pois na nova propriedade não tinha suporte de forragem e estrutura para criação; e água para consumo está sendo ofertada por meio de carro-pipa, sob responsabilidade da prefeitura de Monteiro. A conclusão é que a transposição “não significa nada; não serviu de nada” para a família, disse um dos membros. A dedução nesse caso é que a família é auto-assentada, ou seja, deslocou-se para a área remanescente da propriedade, contudo, ainda não conseguiu se estruturar suficientemente aos padrões anteriores e por isso sua condição de vida decaiu.

Um segundo grupo de famílias atingidas pela transposição são os **ribeirinhos que ficaram à margem do canal**. Nesse caso, a grande questão apontada tem a ver com o acesso à água. A

<sup>21</sup> Ministério da Integração Nacional. Vilas Produtivas Rurais. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/vilas-produtivas-rurais>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

comunidade rural visitada (Pau D'arco, em Monteiro) fica nas cabeceiras do rio Paraíba, que embora fosse intermitente, permitia um regular acesso a água, especialmente por meio de poços tubulares ou cacimbões, cavados no leito do rio ou em áreas de baixo. Com a obra de escavação do canal da transposição, inclusive de um túnel, entre Paraíba e Pernambuco (divisor de águas entre as regiões hidrográficas do Rio São Francisco com o Atlântico Oriental), a movimentação do terreno provocada pelas explosões das rochas e a profundidade do canal (cerca de 20 metros), os poços e cacimbões se esgotaram enquanto fonte de água para os ribeirinhos. Alguns deles tiveram que aprofundar os poços para até 50 metros (informado nos depoimentos), sem a garantia de ter água. Além disso, apesar do canal passar ao lado de casas de muitas famílias (cerca de 200 metros de distância), elas não tem o direito de acessar a água transposta. Assim, sem água da transposição, sem água das fontes tradicionais anteriores, resta esperar pelo carro-pipa. De modo que muitas famílias da comunidade Pau D'arco, por onde passa o canal da transposição, são abastecidas por carro-pipa, sob responsabilidade da prefeitura de Monteiro. O pior foi perceber que muitas famílias não têm estruturas adequadas para se colocar água (como cisternas, por exemplo), então o carro-pipa chega com a água e a coloca em um "buraco" (que fora cavado para receber uma cisterna que não veio) para depois ser usada pelas famílias – situação que havia sido presenciada há muito tempo, no ano de 1998, por conta de uma grave seca no semiárido.

Foi informado, por fim, que os lugares onde tradicionalmente eram usados para lazer (o banho no rio, na época das chuvas), para acesso à água (para consumo e produção), para ser usada pelos animais (dessedentação), todos esses lugares foram degradados em função das escavações dos canais ou serviram como depósito do material retirado das escavações e entulhado ao largo do rio Paraíba, na comunidade rural de Pau D'arco, desestruturando todas as estratégias comunitárias desenvolvidas ao longo do tempo no sentido de prover a segurança hídrica das famílias que ali viviam há muito tempo. Destaque-se que o projeto ambiental da construção (PBA 02) recomenda que as áreas "bota-fora" para os materiais provenientes de escavações sejam depositados em locais próprios, evitando-se os "topos de morros, áreas de encosta, **margens de corpos d'água e talvegues**", (BRASIL, 2005a, p. 45, grifos nossos), recomendações que não foram levadas em consideração nessa situação, pelo menos até o momento.

O terceiro tipo, são as famílias **assentadas nas VPRs**. Na vila Lafayete (antigo nome da fazenda desapropriada), foram assentadas 61 famílias, em aproximadamente 620 hectares de terra. Segundo

informações colhidas, as famílias chegaram à vila em março de 2016 e cada família teve direito a uma casa (99 metros quadrados), em uma área de meio hectare para ser usada pela família (muitos fizeram hortas, ou aviários, ou pequenos roçados, etc.). Além dessa área, as famílias têm 4 hectares para uso produtivo (agricultura de sequeiro e/ou criação de animal) e uma hectare para ser usada com agricultura irrigada, segundo os moradores, com a água da transposição, embora ainda não sabem em que momento eles poderão usá-la.

Como a VPR foi instalada recentemente, as famílias ainda estão se adaptando e estruturando suas áreas. Contudo, mais uma vez, toda queixa recai sobre o acesso à água por parte das famílias. Primeiramente, assim como as ribeirinhas, citadas acima, elas não tem o direito de acessar a água do canal da transposição. Disseram que ficaram mais de 30 dias sem água, no momento de chegada à VPR. Por conta disso, a associação dos moradores acionou o Ministério Público e, só assim, conseguiram que a vila fosse abastecida por carro-pipa, uma vez que ela não dispõe de nenhum fonte de água que seja adequada ao consumo humano. Há um poço antigo, contudo a água é "salobra" e não serve para consumo humano. No projeto, o abastecimento da vila deve ser proveniente do sistema público, mas foi relatado que a CAGEPA ainda não providenciou as "ligações" porque a rede hidráulica (instalada pela empresa construtora da vila) não segue o padrão usada pela companhia de água. As famílias não sabem ao certo quando terão água de qualidade, como foi prometido na ida à VPR. O que poderia mitigar um pouco a situação de vulnerabilidade na segurança hídrica da vila, seria a construção de cisternas para captação de água de chuva (segundo os parâmetros do programa desenvolvido em todo o semiárido brasileiro<sup>22</sup>), mas o projeto da VPR Lafayete não contemplou a construção de cisternas.

Dentre as 61 famílias assentadas, a maior parte (26) era dos ribeirinhos de comunidades próximas a Pau D'arco; outros 18 vieram da "rua", ou seja, moravam na margem do rio Paraíba nos arredores de Monteiro; e 17 famílias vieram de Pernambuco, basicamente de Sertânia.

Por outro lado, para os **ribeirinhos do rio Paraíba** (quarto grupo de famílias) os impactos foram de duas naturezas. Primeiro, quem tinha alguma tipo de irrigação, seja por poços ou cacimbões escavados

<sup>22</sup> Cf. ASA BRASIL. P1MC: Programa um Milhão de Cisternas. Disponível em: <<http://asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.



no leito do rio, teve que restringir a área irrigada para meio hectare. O argumento era que a partir da transposição, o rio Paraíba que era intermitente, passou a ser perene, graças à água transposta. Então, caso a fonte de água para irrigação fosse no leito do rio Paraíba, não tinha mais como diferenciar essa fonte primária de água. Essa condição repercutiu nacionalmente, num rede de televisão, noticiando a situação de um produtor de banana que tinha três hectares irrigado.<sup>23</sup> A partir de emissão de uma portaria (ver abaixo), normatizando o uso da água da transposição no rio Paraíba, ele foi obrigado a reduzir a área, sob pena de ser multado e ter bombas apreendidas.

Noutras situações, alguns ribeirinhos foram beneficiados com a água. Ou seja, apesar de seu uso ser prioritariamente para abastecimento humano e animal, posteriormente a água começou a ser liberada para a irrigação de pequenas áreas, ao longo do Rio Paraíba. Essa liberação correspondia a meio hectare por cada produtor, sendo regulamentada por resolução que estabeleceu as “condições de uso de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para o Sistema Hídrico Rio Paraíba – Boqueirão, durante o período de pré-operação do PISF (até o dia 26/03/2018), no Estado da Paraíba”. Assim, além de autorizar a CAGEPA a fazer a retirada de 1300 litros por segundo para consumo humano, a resolução autorizava também a retirada de água para dessedentação animal e atividades de subsistência, sendo limitada ao proprietário/usuário a uma área de meio hectare, até 8 horas e meia por dia, para fazer irrigação localizada em culturas temporárias no âmbito da agricultura agroecológica familiar. Essa resolução foi possível graças a duas reuniões com usuários e órgãos envolvidos na gestão do projeto, ocorridas na cidade de Boqueirão em abril e junho de 2017. (ANA e AESA-PB, 2017). Ao final do ano de 2017, uma reportagem apontava para uma quantidade de 340 hectares irrigadas na Paraíba (de um potencial de 500 hectares permitidas) com as águas da transposição.

Por fim, em relação aos **irrigantes da bacia do açude de Boqueirão**, era o retorno à atividade a grande expectativa, depois de serem obrigados a parar com a irrigação, tendo em vista seu baixo volume de águas nos anos que antecederam a transposição. Entretanto, esses também deveriam seguir a mesma norma, citada acima (podendo irrigar apenas

meio hectare de terra).<sup>24</sup>

Embora a vida de alguns ribeirinhos, aparentemente, tenha ficado um pouco mais fácil, ainda tinham os casos não contemplados pelo PISF a serem resolvidos. Por exemplo, no início de 2018, próximo a completar um ano da transposição, ainda havia populações rurais dispersas sofrendo com a falta de água para consumo humano e dessedentação animal (lembrando que as chuvas começaram a cair entre março e abril desse ano). O caso do assentamento de reforma agrária Novo Mundo, no município de Camalaú (cidade onde está situado um dos açudes por onde passam as águas da transposição) merece destaque. O assentamento está a cerca de dois quilômetros do rio Paraíba, mas as famílias assentadas estão sem abastecimento de água. O fato foi que, por conta da seca, elas estavam sendo abastecidas por meio de carros-pipa, contudo com as águas da transposição a “operação” foi suspensa no município e nada foi feito para ofertar água às famílias do assentamento. Aliás, apesar de toda a propaganda em torno do projeto em acabar com o sofrimento de 12 milhões de pessoas, já era sabido que o PISF não pretendia “ser uma resposta para 100% da população do Nordeste”, disse o então ministro Ciro Gomes, em 2004 em audiência no Senado Federal. “(...) Este projeto equipa, sob o ponto de vista da segurança hídrica, 12 milhões dos 20 milhões de habitantes do semiárido, **mas não contempla as populações difusas, que são grandes, mas minoritárias.**” (SILVA, 2017, p. 243, grifos nossos). Um grupo de especialistas também já havia alertado sobre essa questão do atendimento das necessidades de água para consumo humano e animal às populações dispersas no semiárido (tanto fora da bacia do São Francisco como no seu interior): “tecnicamente não há como atender esse contingente populacional com água do São Francisco (...)”. (SBPC, 2004, p. 12).

Outro elemento a destacar é que a chegada das águas da transposição, trouxe consigo também uma relativa valorização fundiária provocada pelo crescente interesse pelas terras ribeirinhas. Três situações, foram identificadas a partir do campo. A primeira diz respeito a uma família que vendeu um hectare e meio, à margem do rio Paraíba, por 19 mil reais. Dois anos antes, a família tentou vender o mesmo terreno por apenas 5 mil reais e não conseguiu. Portanto, uma valorização de quase 400% depois da chegada das águas. O segundo exemplo veio do município de Camalaú, em que a prefeitura

<sup>23</sup> Transposição do rio São Francisco muda a vida no sertão da Paraíba. Globo Rural. 19/11/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2017/11/transposicao-do-rio-sao-francisco-muda-vida-no-sertao-da-paraiba.html>>. Acesso em: 21 Nov. 2017

<sup>24</sup> Para uma melhor compreensão da história dos irrigantes da bacia do açude de Boqueirão, conferir Oliveira (2017).

“foi procurada” por uma empresa de Santa Catarina disposta a pagar “qualquer valor” por áreas às margens do rio Paraíba. Por último, o interesse de empresas do ramo têxtil de Santa Cruz do Capibaribe (PE), município a 130 quilômetros de Monteiro, que fizeram sondagens com alguns pequenos proprietários de terras à margem do rio Paraíba. Aquela cidade compõe um dos maiores pólos de fabricação de jeans do país, uma atividade altamente exigente em água, especialmente na lavagem e tintura (duas etapas do processo de fabricação).<sup>25</sup> Deduz-se que elas pretendem instalar alguma unidade de processamento do produto nas margens do rio Paraíba, aproveitando a disponibilidade de água para uso industrial o que vai de encontro ao uso previsto (consumo humano e animal e produção para subsistência), conforme visto acima.

## 5. CONCLUSÕES

A conclusão inicialmente a destacar é a situação da cidade de Campina Grande e as cidades do entorno, pois graças às águas da transposição, a população de quase um milhão de habitantes pode ter um alívio em relação à insegurança hídrica (racionamento de água) vivenciada por quase de três anos. A partir da transposição, a condição de vida das pessoas teve uma relativa melhora tendo em vista eliminar custos extras na compra de água para uso diário que afeta mais fortemente os grupos mais vulneráveis e de baixa renda. Pode-se dizer que as cidades abastecidas pelo açude de Boqueirão (incluindo Campina Grande) foram literalmente salvas de uma catástrofe hídrica.

Contudo, a urgência por “salvar” a população abastecida pelo açude de Boqueirão, fez com que outro grupo populacional – no caso, a população do Cariri – assumisse um custo muito alto, pois ficou cerca de seis meses sem nenhum tipo de abastecimento público de água (salvando-se casos raros de carros-pipa que distribuíam água em pontos das cidades), sendo obrigada a comprar a água de uso diário (consumo, alimentação e higiene pessoal). A impressão foi de uma decisão deliberada por priorizar Campina Grande e, somente depois, as outras cidades.

Situação ainda mais difícil é a da população dispersa (basicamente rural) que não tem perspectiva de acesso e uso da água da transposição. Os próprios ribeirinhos do canal da transposição – os que foram deslocados ou aqueles que ainda permaneceram

às margens – estão enfrentando dificuldades sobre o acesso à água, tornando-se os despossuídos da água. Imagina-se que as populações mais distantes ao canal não serão inseridas em qualquer ação dentro do projeto. Já os poucos ribeirinhos que conseguiram o direito de irrigar, certamente haverá melhor possibilidade de agregar renda e segurança alimentar e nutricional para eles e suas famílias, seja produzindo seu próprio alimento, seja gerando renda e, portanto, fazendo aquisições nos mercados locais.

Por fim, assim como muitas obras anteriores no semiárido, com a transposição se veem novamente os políticos querendo colher os frutos da obra. É uma volta aos princípios da “indústria da seca”, em que as elites econômicas e políticas se beneficiavam de modo rotineiro da vulnerabilidade de grupos sociais. Todos querem a paternidade da transposição. Órfãos ficam as populações urbanas e rurais que acreditaram que a transposição seria a “redenção” para resolver o problema da seca no Nordeste Sertentrional.

O fato é que a transposição garante a segurança hídrica de forma concorrencial, isto é, ele será garantida para determinada parcela da população ou grupo social, em detrimento de outro. E antes de apaziguar e resolver o problema de insegurança hídrica e alimentar das populações, já tem levado a outros conflitos sobre o uso das águas, especialmente por grupos sociais que não estavam previstos como beneficiários do projeto. Mas essa discussão é para outro momento.

## REFERÊNCIAS

ANA (BRASIL) – Agência Nacional de Águas. (2015). Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras. Edição Especial. Brasília: ANA. Disponível em: <<http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/regioeshidrograficas2014.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2017.

ANA (BRASIL) – Agência Nacional de Águas e AESA (PARAÍBA) – Agência Executiva de Gestão das Águas. (2017). Resolução no 1292 de 17/07/2017. Disponível: <<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/1292-2017.pdf>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

AESA (PARAÍBA) – Agência Executiva de Gestão das Águas. (2018) Volume de Açudes. Disponível em: <[http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volume-acude/?id\\_](http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volume-acude/?id_)

<sup>25</sup> Para uma melhor compreensão da história dos irrigantes da bacia do açude de Boqueirão, conferir Oliveira (2017).

acude=531>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

ASA-BRASIL. Articulação no Semiárido Brasileiro. (2018). P1MC: Programa Um Milhão de Cisternas. Disponível em: <<http://asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 26 Mai. 2018.

BOLSON, Simone Hegele e HAONAT, Angela Issa. (2016). A governança da água, a vulnerabilidade hídrica e os impactos das mudanças climáticas no Brasil. *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v.13, n.25. 2016. Disponível em: Acesso em: 21 Nov. 2017.

BRASIL. (2005a). Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Plano Ambiental de Construção (PBA 02). Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA02.pdf/cac7fcf7-b914-4f6d-bac8-6a3a0f6f9694>>. Acesso em: 08 Mai. 2018.

. (2005b). Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (PBA 07). Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA07.pdf/7645b1db-1dfb-466c-9acd-c84e-29060b9e>>. Acesso em: 08 Mai. 2018.

. (2005c). Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Programa de Reassentamento das Populações (PBA 08). Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA08.pdf/156621fb-b0f0-4c86-ba04-4497c750bca2>>. Acesso em: 08 Mai. 2018.

. (2011). Decreto No 7.535 de 26 de julho de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm)>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. (2011). Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordeste. *Estudos Sociedade e Agricultura*. V. 19, No 1. Rio de Janeiro: CPDA, 2011. Disponível em: <<https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.1/index.php/esa/article/view/335/331>>. Acesso em: 13 Fev. 2011.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (2007). III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Relatório final. Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final-iii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

. (2008). O acesso e os usos da água no contexto da soberania e da segurança alimentar e nutricional. Documento elaborado pelo grupo de trabalho sobre Água da Comissão Permanente 2 (CP2) do CONSEA para plenária (05/09/2008). Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2008/acesso-e-usos-da-agua-no-contexto-da-soberania-e-da-seguranca-alimentar-e-nutricional-09.2008/view>>. Acesso em: 26 Abr. 2018.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de. (2017). Contribuições da Ciência Geográfica para a Leitura e Compreensão da Dinâmica de Territórios: uma proposta teórico-metodológica. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro.

SBPC. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Regional Pernambuco. (2204). Encontro Internacional sobre transferências de águas entre grandes bacias hidrográficas. Recife. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8724046-Encontro-internacional-sobre-transferencia-de-aguas-entre-grandes-bacias-hidrograficas.html>>. Acesso em: 24 Mar. 2018.

SILVA, Ana Carolina A. B. da. (2017). As águas do rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP.

SILVA, José Irivaldo A. O. e OLIVEIRA, John Brehmer de S. A. de. (2016). Água, meio ambiente e desenvolvimento: “ecologização” de projetos hídricos. *Raízes*, v. 36, n. 01. Campina Grande: UFCG. Disponível em: <[http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo\\_386.pdf](http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_386.pdf)>. Acesso em: 26 Mai. 2018.

*Oluptata temquatent respient fugia venihil moloreiunt modi doloriorum dolorro maiorec ateaer eieurisciae est, ute esequis truntur aribus,*

temporum et ad que illuptionem remolora  
nonem ersperro expellum faccupit assitam a  
porerunte ventotatur simpost, sum faccatur ad  
elent exped ut volendam sundae sequo mi,  
sam fugitiam quia cust quid m